

## NOTA

*A Fundação Itesp esclarece que a classificação dos beneficiários do Programa de Regularização de Terras do Estado de São Paulo é feita exclusivamente com base nos requisitos legais, e não em vínculos familiares, societários ou na atividade econômica desempenhada. Todos os processos passam por instrução técnica da Fundação e análise jurídica obrigatória da Procuradoria Geral do Estado, sem qualquer espaço para discricionariedade.*

*Até o momento, aproximadamente 4.500 imóveis rurais foram regularizados pelo Estado, e mais de 90% correspondem a pequenas propriedades rurais, especialmente áreas de assentamentos com até quatro módulos fiscais. O Programa contempla a regularização de pequenos, médios e grandes produtores, desde que atendidos os critérios previstos em lei — incluindo a vedação expressa à titulação de áreas superiores a 2.500 hectares.*

*No âmbito específico da Lei nº 17.557/2022, foram regularizados imóveis de 149 processos, sendo 109 referentes a pequenas e médias propriedades e 40 relativos a grandes propriedades, em linha com a previsão legal de abrangência do Programa. A regularização não cria novas propriedades nem transfere recursos públicos, mas consolida ocupações produtivas antigas, após a verificação do cumprimento da função social, da cadeia dominial e de todas as exigências ambientais e fundiárias. Vale destacar que os processos são individuais, todas as áreas estão abaixo do limite constitucional, já registradas em nome dos particulares no Cartório, são individualizadas fisicamente e foram adquiridas muito antes da aprovação da lei.*

*Quanto ao perfil dos produtores mencionados na demanda, a Fundação Itesp reforça que não trabalha com categorização por sobrenomes ou por grupos familiares, societários ou econômicos, mas sim com parâmetros legais objetivos e uniformes para todos os requerentes, realizando a análise individual para cada solicitação. Dentro do Programa estadual, mais de 90% dos produtores atendidos se enquadram nos perfis de pequenos e médios, o que evidencia o caráter social, técnico e inclusivo da política fundiária paulista.*